

Com Brasil Contradição Inflacionária

No momento em que todo o país clama pela redução dos gastos públicos como contrapartida para os esforços globais de contenção da inflação, eis que Brasília anuncia a revisão do decreto que proibiu as contratações de funcionários públicos, baixado em janeiro passado como forma de controlar as despesas do governo.

Não passa pela cabeça de ninguém imobilizar o serviço público brasileiro nos espaços legítimos que o Estado ocupa. Rever, porém, um decreto que proibiu contratações significa abrir definitivamente a porta não só para o *turnover* normal da mão-de-obra ocupada no setor público, mas ainda para um inevitável estouro de boiada em fim de administração.

Este é um momento em que se esperam austeridade do governo do presidente José Sarney e a demonstração de que o problema do déficit e dos gastos públicos pode ser atacado por formas alternativas, além do aumento de impostos ou de sua arrecadação acelerada, como o ministro da Fazenda insinuou. Acelerar a arrecadação de impostos significa que o governo foi incapaz de lançar o país na modernidade, reduzindo o tamanho do Estado e devolvendo ao setor privado a faculdade de admitir ou demitir pessoal nas empresas privatizadas.

Todos sabem que o passivo trabalhista é um dos grandes impedimentos para se transferir o controle acionário de uma empresa, seja ela pública ou privada. Já houve, no governo, quem, por isto mesmo, afirmou que não se pode dar marcha à ré correndo, isto é, não se consegue desmontar a ineficiente máquina pública em alta velocidade. Pior ainda ficará a estrutura estatal se o governo revogar a proibição das contratações, em um ano de eleições municipais e véspera de transição para as eleições presidenciais.

O problema inflacionário é demasiadamente grave no Brasil, qualquer que seja seu enfoque.

Mesmo admitindo-se razão nos argumentos do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, segundo o qual as amostragens mais recentes do IBGE revelam uma queda da aceleração da alta, com os preços regredindo para os 20%, ainda assim estamos diante de uma perspectiva de taxa anual de mais de 424% ao ano — o acumulado nos últimos doze meses.

É preciso reverter essa tendência, e isto não se fará sem dor. O começo do corte no déficit deve partir de dentro do governo, e não do aumento de impostos. Se as portas para readmissões são reabertas, isto demonstra, no mínimo, que não há qualquer compromisso com o objetivo da redução do tamanho do Estado, e todas as propostas neste sentido visam apenas a ganhar tempo, enquanto os preços vão galopando. A burocracia e sua inércia encarregam-se de criar as fórmulas para tornar o governo e o setor público ainda mais impermeáveis às mudanças e à modernização. Quem vai querer consertar uma empresa pública ou um setor público obeso?

A mesma desconfiança se aplica à viabilidade da tese de um deflator ou redutor para os preços e custos. Todos se recordam de que o Plano Cruzado adotou uma *tablita* defladora, e que logo na partida as empresas públicas se recusaram a cumpri-la. Foi preciso muita força e conversa para que algumas grandes estatais cumprissem o que se aplicou linearmente a toda a economia.

Qualquer medida genérica que não quebre a possibilidade de a burocracia resistir à modernização será inútil neste país de funcionários públicos, onde os setores produtivos do Estado e os homens que trabalham são atropelados pelo parasitismo de vastos segmentos da burocracia. Não há saída para o problema inflacionário brasileiro se o tratamento não começar pela ineficiência estatal.